



Palestra

**PLANEJAMENTO EDUCACIONAL:
O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO
SUDESTE DO BRASIL**

Amanda Regina Martins Dias*
Débora Ap. Martinho da Silva – UFSCar/Sorocaba**
Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara - UFSCar/Sorocaba***
Paulo Gomes Lima - UFSCar/Sorocaba****

Resumo: Este artigo é um recorte de um estudo maior sobre Planejamento Educacional desenvolvido em municípios da região metropolitana de Sorocaba. A presente pesquisa tem como objetivo identificar estudos e pesquisas científicas na área da Educação que tratam do monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação com foco na região Sudeste do Brasil. Trata-se de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento que se utiliza da análise documental e descrição crítica dos resultados, que demonstraram através das produções encontradas e selecionadas, uma deficiência e escassez no que diz respeito ao monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação durante sua vigência (2014-2024) na região Sudeste. Os estudos apontam para a necessidade de uma construção mais participativa e democrática do planejamento educacional, especificamente o PME, para que seu monitoramento e avaliação sejam estruturados de forma que a sociedade tenha acesso às informações.

Palavras-chave: Monitoramento. Planejamento Educacional. Plano Municipal de Educação. Região Sudeste.

Introdução

O presente estudo é parte integrante de uma pesquisa maior em desenvolvimento pelo GEPLAGE - Grupo de Estudos: Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, intitulada “Planejamento Educacional: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação da região metropolitana de Sorocaba”, realizada em nove

* Mestra em Educação pela UFSCar-campus Sorocaba. Membro do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação. Diretora de Escola da Rede Municipal de Educação de Sorocaba.

** Pedagoga Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Especialista em Inclusão Social. Participante do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação. Psicopedagoga Clínica da Rede Municipal de Conchal.

*** Mestra em Educação pela UFSCar-campus Sorocaba. Membro do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação. Supervisora de Ensino da Rede Municipal de Educação de Sorocaba.

**** Pós-Doutor pela UNICAMP. Doutor em Educação Escolar pela UNESP. Líder do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e docente do PPGED UFSCar campus Sorocaba/SP. Coordenador do Projeto de Pesquisa.



municípios que compõem a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), sendo três municípios de cada uma das três sub-regiões existentes.

A pesquisa tem como objetivo analisar as formas e resultados do trabalho das instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação em cada município pesquisado, considerando a compreensão da agenda de trabalho, do fluxo de monitoramento e do fluxo de avaliação e encaminhamentos para a correção dos mesmos. A primeira parte da pesquisa, consiste na realização da pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, em que buscamos todas as produções sobre planejamento educacional nas diversas regiões do Brasil, sendo que neste estudo abordaremos exclusivamente a Região Sudeste, considerando para tanto os achados a respeito dos estados que a compõem.

A primeira seção traz informações estatísticas sobre a Região Sudeste, aponta características socioeconômicas e educacionais dos estados que a compõem, bem como relaciona as produções encontradas sobre o planejamento educacional. Em continuidade, contextualizamos a pesquisa do tipo estado do conhecimento e demonstramos em números as produções encontradas sobre a temática e em seguida discutimos as evidências e os resultados encontrados, finalizando com as considerações a respeito de todo trabalho.

A região sudeste e seus desafios

A Região Sudeste do Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com extensão territorial de 924.511, 3 quilômetros quadrados, é a segunda menor região do Brasil, sendo maior apenas que a região Sul. Os estados que compõem o Sudeste são: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, como mostra a figura abaixo:

Figura 1- Mapa da Região Sudeste



Fonte: Portal Embrapa (2022)

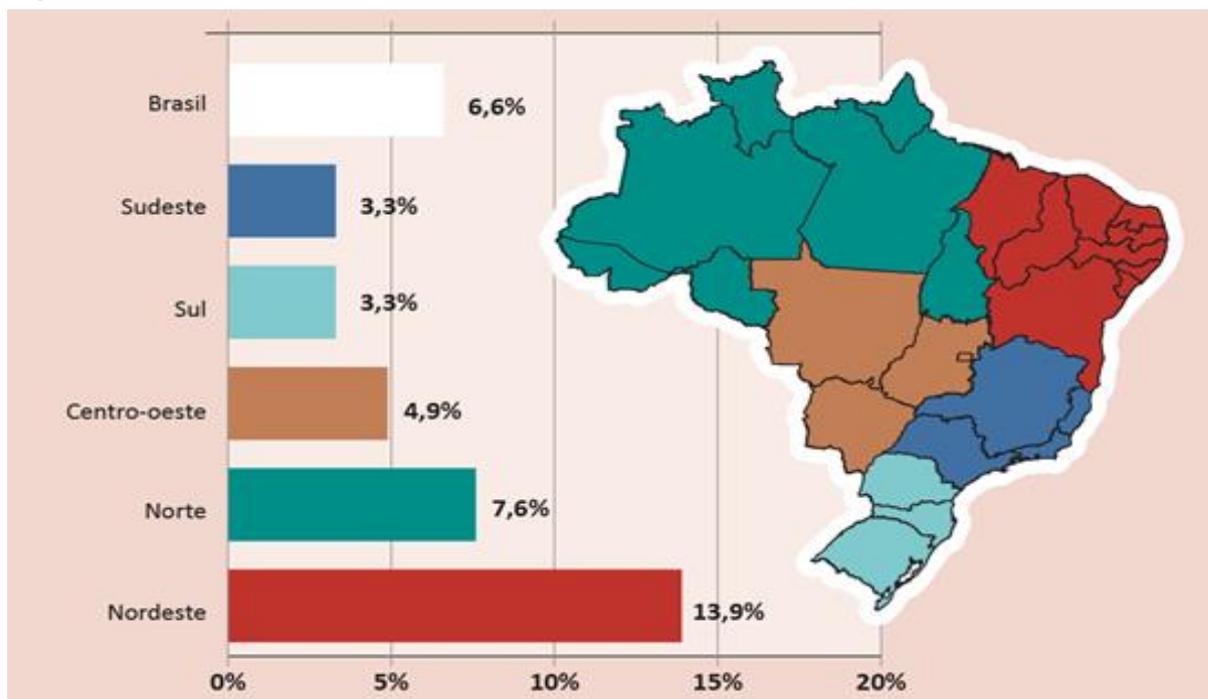


Possui a maior concentração populacional do território brasileiro, conforme pesquisa realizada por Moreira (2018), tomando como base o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somam 85 milhões de habitantes, 37 mesorregiões e 1.668 municípios, quantidade que corresponde a 42,2% do total nacional. É também a região que apresenta a maior densidade demográfica (87 habitantes por quilômetro quadrado) e o mais alto índice de urbanização – 92,1%. A região tem altos índices de violência, e o índice mais elevado é o de desemprego. (MOREIRA, 2018).

Sem dúvida, é a região mais rica do País e a que possui a única megalópole do Brasil, São Paulo. Importante destaque é citado por Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2016), a respeito da pesquisa científica, onde o padrão regional da distribuição das publicações e dos pesquisadores é altamente concentrado na região Sudeste, com destaque às capitais dos estados. Como exemplo, a cidade de São Paulo concentra cerca de 20% da produção científica brasileira e cresceu 21 posições na lista das cidades de maior geração de conhecimento no mundo durante a última década. Por conta disso, passou a figurar dentre os 20 municípios que mais produziram ciência no mundo. Além de São Paulo, a região é também composta pelo Rio de Janeiro, duas metrópoles nacionais, consideradas cidades globais. O Sudeste é responsável por 56,4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Fator de destaque na educação, diz respeito ao percentual de pessoas alfabetizadas, o Brasil com extensão territorial continental, apresenta segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos).

Diante dos resultados de pesquisa realizada pelo IBGE (2019), a taxa de 2018 havia sido 6,8%. Esta redução de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país, corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019. A Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%). Isto representa uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%. A taxa de 2018 havia sido 6,8%. Esta redução de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país, corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019.

Figura 2: Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2019)

Fonte: IBGE (2019).

Observa-se na figura acima a posição privilegiada da região sudeste quanto às taxas de analfabetismo, nesse resultado questões importantes como origem social e comportamentos familiares podem influenciar. Uma parte importante das vantagens de certas regiões do país – como a Sudeste – está relacionada a diferenciações regionais nas redes escolares que não aparecem claramente como tais. Por exemplo, as escolas federais têm desempenho sistematicamente superior ao das escolas particulares e estas têm um desempenho acima do das escolas da rede pública geral (estadual e municipal). Para além do fato de que isso provavelmente possui relação com mecanismos de seletividade de clientela, deve-se notar que essa hierarquia, por um lado, indica que os diferenciais de desempenho não estão relacionados somente à gestão pública ou privada das escolas e, por outro, sugere que mudanças organizacionais aumentam o papel das escolas na educação. (MEDEIROS e OLIVEIRA, 2014).

As características da região sudeste descritas no quadro abaixo podem influenciar em tais resultados, visto que, os níveis populacionais e de IDH- Índice de Desenvolvimento Humano impactam tais resultados.

Quadro 1: Características dos Estados da Região Sudeste

CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO SUDESTE					
Estado e Capital	Densidade demográfica	Extensão territorial	Municípios	População	IDH
Espírito Santo Vitória	76,2 hab/km ² .	46.098,571 km ² .	78	4.108.508 habitantes	0,740
Minas Gerais Belo Horizonte	33,41 hab/km ² .	586.520,368 km ² .	853	21.411.923 habitantes	0,731
São Paulo São Paulo	166,2 hab/km ²	248.196,960 km ² .	645	46.649.132 habitantes	0,783
Rio de Janeiro Rio de Janeiro	365,23 hab/km ²	43.780,157 km ²	92	17.463.349 habitantes	0,761

Fonte: IBGE (2021). Dados da pesquisa

Segundo Medeiros e Oliveira (2014), São Paulo não só tem maior nível médio de educação como, também, menor desigualdade educacional. Portanto, é provável que uma aproximação ao sistema educacional de São Paulo não reduza apenas as diferenças entre as regiões, mas, também, as desigualdades dentro das regiões. Em outras palavras, se a conversão de características individuais e familiares em educação nas diversas regiões do Brasil seguisse um padrão semelhante ao observado em São Paulo, então seria de se esperar uma redução da desigualdade interna em todas as regiões.

Uma das formas de observar as políticas públicas dos governos voltadas à educação, e propor avanços dos sistemas educacionais, pode ser proporcionado por meio da elaboração e efetivação dos planos decenais de educação. Os PME's - Planos Municipais de Educação, ocorrem em âmbito municipal, norteados pelo PNE - Plano Nacional de Educação e pelo PEE-Plano Estadual da Educação. Durante a elaboração do PME, os gestores foram orientados em 2014, a desenvolverem ações para que, no decorrer de sua construção, garantir um amplo processo democrático de participação, envolvendo os diferentes atores que, de forma direta ou indireta, influenciam na qualidade da educação do Município. (BRASIL, 2005, p.23).



Este documento deve ter momentos de avaliação das ações que estão sendo desenvolvidas, e dessa forma analisar os resultados positivos, ou que necessitam de novos direcionamentos, a fim de impactar na qualidade da educação. Esse monitoramento apresenta subsídios que podem redirecionar as estratégias para alcançar as metas previstas nos Planos Municipais.

As capitais da região sudeste: São Paulo; Belo Horizonte; Rio de Janeiro e Vitória, tiveram seus PMEs constituídos após o PNE (atualmente em vigor) ter sido aprovado em 25 de junho de 2014 e, este comporta as orientações para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução. De acordo com dados da Munic 2014, apenas 43,6% deles afirmaram possuir Plano Municipal de Educação - PME. Em 2018, porém, a maioria dos municípios afirmou possuir PME válido, isto é, 98,6% dos municípios possuíam PME com aprovação posterior a 2014. (IBGE, 2019)

Discorrendo um pouco sobre as ações dos planos decenais nos 4 Estados da região Sudeste, percebemos que, segundo o Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis (2019/2020), o Rio de Janeiro, em 2020, atendeu a orientações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e fortaleceu a demanda indicada nas reuniões do Fórum Municipal. Tal orientação indica que sejam feitas adequações no planejamento orçamentário, no PPA (Plano Plurianual), no LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e na LOA (Lei Orçamentária Anual), que atendam às metas e estratégias do PME.

Nesse viés, a Secretaria Municipal de São Paulo divulgou que em conjunto com a publicação do documento finalizado do PME- SP, foi aprovada a Portaria 7.972 de 12 de dezembro de 2016, que apresenta diretrizes para o monitoramento e a avaliação do PME ao longo dos próximos anos, de forma a realizar o acompanhamento anual de sua evolução, indicando as tendências e prioridades a serem seguidas pela política municipal de educação, em colaboração com o estado e a União. (SÃO PAULO, 2016).

Em Vitória, no Espírito Santo, a “Construção Participativa do Plano Municipal de Educação”, nome dado ao trabalho proposto para a elaboração do PME, teve seus debates aprofundados e promovidos em junho de 2015, resultando na aprovação da Lei Nº 8.829/2015 que regulamentou o PME - Plano Municipal de Educação de Vitória. Olhando para o monitoramento e para a avaliação do PME, é importante pautar a discussão dos desafios e impasses exigidos neste processo, para que os planos incorporem a sua efetiva função e não se restrinjam a um conjunto de intenções, com metas e estratégias que não

possam ser avaliadas e reorientadas ao longo de uma década, esvaziando o seu conteúdo, propósito e ação política. (NASCIMENTO, VIEIRA, TAVARES E GOBE, 2018, p. 3)

Por fim, Belo Horizonte, institui o Decreto Nº 16.507, de 16 de dezembro de 2016, que regulamenta o Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte, instituído pela Lei nº 10.917/2016, que aprova o Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte e dá outras providências, o Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte, é integrado por órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais representativos dos segmentos da educação escolar e dos setores da sociedade; composto por membros titulares e suplentes e tem a finalidade específica de acompanhar a consecução das metas previstas no Plano Municipal de Educação (BELO HORIZONTE, 2018).

A avaliação e monitoramento dos planos decenais devem focar em observar no decorrer da implantação das políticas ali contidas, se há necessidade de adequações para preencher lacunas, o monitoramento, por ter essa característica flexível, não deve ser compreendido como atividade estanque ao processo de planejamento, havendo assim subsequente refinamento necessário a fim de ter objetivos plenamente alcançados.

Neste trabalho, o objetivo é o de levantar as pesquisas realizadas com foco no monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação dos municípios da região Sudeste. Com este propósito as pesquisadoras evidenciam, a seguir, o mapeamento quantitativo das produções científicas sobre monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação.

A pesquisa Estado do Conhecimento: mapeamento das produções científicas sobre monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação

Segundo Morosini (2015), o estado do conhecimento é identificação, registro, categorização que levam à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Justifica-se o uso desta metodologia, neste trabalho, como forma de ampliar as possibilidades de se obter visão geral do que vem sendo produzido a respeito da temática específica em questão: Planejamento Educacional, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.

O recorte temporal utilizado na pesquisa foi o período de 2015 a 2020, e outra delimitação importante é a busca de trabalhos realizados na região sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), utilizando os seguintes descritores: “planejamento educacional”, “planos municipais de educação”, “monitoramento e avaliação da educação”



em diversas fontes tais como: portal de teses e dissertações da CAPES, portal de periódicos CAPES, plataforma Scielo, GT05 da ANPED, ANPAE e IBICT.

Segundo Draibe (2001), o acompanhamento e avaliação dos Planos passam a ser entendidos não apenas como instrumento articulado à correção dos seus rumos pelos governos, mas como forma política voltada à prestação de contas dos governos em relação à sociedade, com vistas ao conhecimento do seu desempenho ou resultados, impactos e efeitos.

Aranda, Rodrigues e Militão (2020), afirmam que o reconhecimento da relevância do processo de monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação, embora sinalizado de modo aligeirado no PNE/2001 (Art. 3º, parágrafos §1º e §2º), ganhou maior repercussão com o PNE/2014. No Art. 5º, desse documento, estabelece-se a obrigatoriedade de monitoramento contínuo e avaliação periódica das metas do Plano, realizados pelo Ministério da Educação (MEC), Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Conselho Nacional de Educação (CNE) e Fórum Nacional de Educação.

Devido a previsão legal contida no PNE/2014 sobre o acompanhamento ininterrupto e avaliação em intervalos de tempo determinados em relação às metas do documento, os estados e municípios também tiveram que se organizar para instaurar suas respectivas comissões de monitoramento e avaliação dos planos.

Assim, devido à relevância das ações de monitoramento e avaliação dos planejamentos decenais, buscou-se o levantamento de dados que respondessem aos critérios elencados para aprofundamento no estudo, com o foco na produção do conhecimento sobre o monitoramento e avaliação dos planos municipais.

A busca no portal da CAPES com os descritores citados acima, resultou em um número muito grande de estudos encontrados, dificultando a análise dos dados, porém ao proceder a uma análise mais apurada percebeu-se que as categorias temáticas estavam abordando a questão dos planos municipais de educação numa perspectiva diferente ao foco deste estudo, de maneira que apenas 3 pesquisas tratam do monitoramento e avaliação dos planos de municípios da região sudeste, sendo selecionadas para análise na próxima seção.

No Scielo foram encontrados 37 trabalhos no total, dos quais 14 apresentam afinidade com a temática pesquisada e o conteúdo dos artigos serão abordados na próxima seção. Já no portal de periódicos da CAPES a busca resultou em 171 resultados para os descritores, mas assim como ocorrido com a busca no banco de teses e dissertações, muitas pesquisas não tinham afinidade com a perspectiva temática tratada e após análise rigorosa dos resumos

dos estudos, apenas 14 apresentavam as características buscadas por este estudo e 2 teses de dissertações.

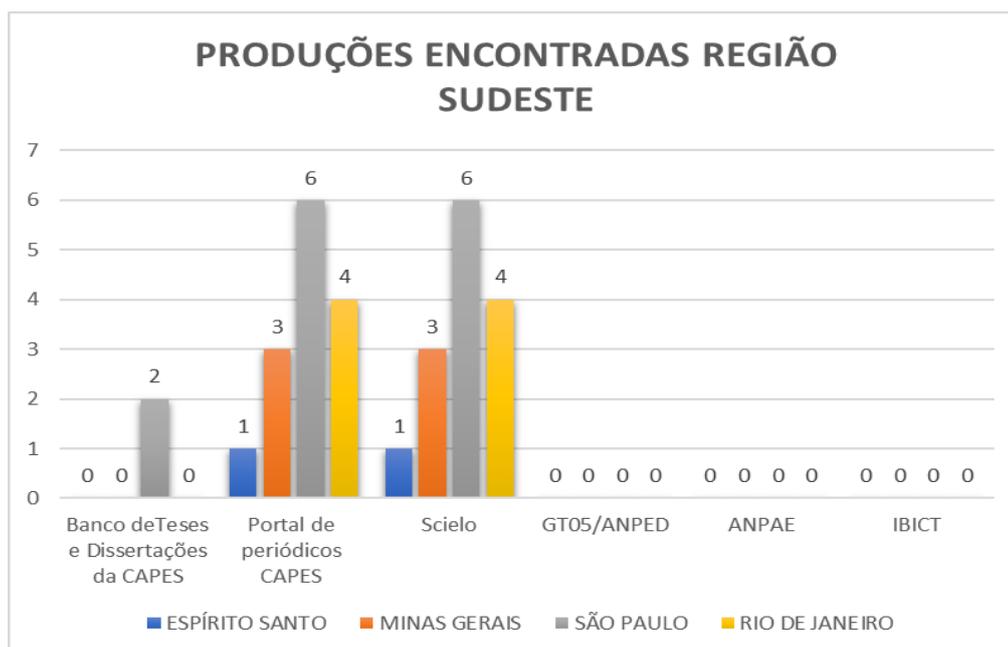
Na página eletrônica da ANPED, GT 5; e também na página da biblioteca virtual da ANPAE não foram encontradas produções que correspondem aos critérios de inclusão da pesquisa.

Feita a seleção do material, realizou-se o processo de lapidação dos dados. Para tanto, foram empreendidas leituras dos trabalhos de forma integral, não apenas dos resumos. A primeira leitura teve como foco principal analisar se aquela produção de fato se inseria na temática pesquisada. Finalizada essa etapa, foram excluídos os trabalhos cujas temáticas não estavam inseridas no âmbito da pesquisa.

Para a realização da segunda etapa de leitura, as autoras criaram um mapeamento, contendo critérios essenciais para responder à investigação que se propõe, como: identificar os tipos de pesquisas (mestrado, doutorado, pesquisa paralela, etc.), base de dados provenientes, tema pertencente, objeto de estudo, recorte temporal, enfoque de pesquisa, distribuições regionais, tendências existentes em termos de metodologias de pesquisa adotadas e apontamentos de possíveis focos de investigação científica a partir da produção existente.

Cabe destaque ao apontado por Aranda et al. (2020) que indica a escassez de estudos publicados sobre o planejamento decenal atual, salientando que a maioria dos trabalhos encontrados realizam um balanço sobre o PNE/2001, e afirma que a maior parte das produções estão concentradas na região sudeste, justificando o fato da seguinte forma: “[..] Essa alta concentração de publicações na região Sudeste está em sintonia com o fato desta ser a região geográfica que reúne a maior parte dos programas de pós-graduação e que lidera o ranking de produção do conhecimento do país”. (ARANDA, RODRIGUES, MILITÃO, 2020, p.16)

No gráfico abaixo demonstramos em números, o quantitativo de produções encontradas sobre a região sudeste e que serão melhor analisadas na próxima seção.

Gráfico 1: Produções científicas encontradas na Região Sudeste

Fonte: Produzido pelos autores.

O que dizem as produções científicas encontradas

Embora tenhamos na região Sudeste uma maior concentração de pesquisas científicas diretamente relacionadas ao Planejamento Nacional de Educação, notamos uma discrepância em relação às produções dos Estados pertencentes a essa mesma região. Enquanto no Estado de São Paulo encontramos 6 artigos específicos relacionados aos descritores “planejamento” + “monitoramento” + “avaliação” + “planos municipais de educação”, no Estado do Rio de Janeiro foram encontrados 4 artigos, Minas Gerais 3 e Espírito Santo apenas 1. Levando-se em conta que o delimitador de tempo (2015-2020), também influencia nesses resultados.

O Estado do Espírito Santo nos apresenta apenas um artigo dos autores Bastos e Ferreira (2019), de caráter científico e com uma análise cognitiva tendo como objetivo investigar as principais lógicas de ação desenvolvidas para a implementação dos planos de educação em municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória. Primeiramente utilizou-se dos pressupostos ontológicos, realizando uma contextualização do cenário das políticas educativas no país nos últimos anos, para então em seguida confrontar com a realidade educacional e suas dificuldades a serem sanadas. No decorrer do artigo, há uma discussão sobre os entes federativos e a centralidade da luta pelo direito à educação de qualidade no Brasil, mas que também esta qualidade educacional não avança, pois cada ente federativo lança mão de diferentes estratégias para a construção e a realização de seus planos

educacionais de acordo com suas estruturas, formas de governabilidade e contradições. A análise se concentra em três municípios: Vitória, Serra e Cariacica. Destes três, o mais prejudicado na questão da elaboração do PME, segundo os autores, foi o município de Serra que faltando cinco meses para o prazo de elaboração do PME, estava sem a Comissão Coordenadora Constituída, ou seja, nem havia iniciado o processo de construção do documento.

Os problemas referentes ao planejamento educacional foram destacados por município, levando em consideração a participação da sociedade, valorização do magistério e a inclusão do Projeto Escola sem Partido. O monitoramento dos PME realizado pelos autores, foi de forma participativa em Conferências, Conselhos e pelo portal do MEC no sítio eletrônico “PNE em movimento”.

Concluem o artigo apontando um retrocesso na educação brasileira no que se diz respeito à implantação do PNE e dos Planos municipais, distritais de educação no Brasil, onde se desenvolve numa conjuntura política que, desde a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, fere o direito à educação de qualidade quando restringe o investimento de recursos no setor da educação. Este retrocesso tende a reduzir o papel da educação a um objetivo instrumental e utilitarista, como também lança formas de resistência e organização da sociedade civil em defesa da educação em sua perspectiva democrática.

Os autores procuram suas bases teóricas em pressupostos nos estudos do campo das políticas educacionais de Afonso (2013); Ball (2001); Barroso (2006); Maroy (2011); Oliveira (2011); Muller e Surel (2002) e Tinôco (2008).

Entre os achados do Estado de Minas Gerais, especificamente no município de Uberlândia, Alves (2021) utilizou-se da abordagem qualitativa para investigar e analisar estratégias do PME de Uberlândia, no que refere à educação infantil e às metas e estratégias propostas, com vistas à garantia e efetivação do direito à educação nessa etapa da educação básica, especificamente na Educação Infantil. As críticas trazidas pela autora, focam no avanço do Neoliberalismo durante governo Collor (1989) e Fernando Henrique Cardoso - FHC, que contribuíram para a descentralização do sistema educacional e a minimização da responsabilidade do Estado com a educação (*apud* KRAWCZYK, 2008). A autora embasa suas buscas teóricas em: Abrucio (2010); Andrade (2010); Araújo (2010); Araújo, Luiz (2012); Barbosa (2014); Bordignon (2009); Cury (2005, 2014, 2015); Krawczyk (2008); entre outros. Contudo, Alves (2021) analisa as políticas públicas de educação infantil do município de Uberlândia, para verificar se as estratégias e metas do PME referentes a esta etapa da educação estão sendo efetivadas, atendendo à demanda do município e contribuindo para a efetivação do PNE.

Elementos do artigo elaborado por Duarte e Santos (2017), com o tema “Sistema Nacional de Educação e Planejamento no Brasil”, contribuem na análise de formações discursivas em torno do sistema nacional de educação do Brasil, com foco no(s) significado(s) atribuído(s) ao termo nacional na história política da educação brasileira vis-à-vis aos processos e contextos de institucionalização dos sistemas educacionais. Um olhar sobre a ideia de nação e modos diversos de regulação (*apud* MAROY, 2006) projetados para o sistema educacional, ou seja, qual o sistema de regras orientadoras da ação que conduziram práticas discursivas capazes de articular o planejamento do sistema educacional à ideia de Estado-nação?

Subdividem o estudo em seis partes, onde a discussão passa por processos de constituição de um povo-cidadão-soberano que contribuem para a disseminação dos sistemas nacionais de educação pública; o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 como ato inaugural por meio do qual o planejamento do sistema educacional do país é apreendido como nacional; analisam as diferentes formações discursivas do planejamento do sistema educacional para a formação do povo da nação; buscam apreender a ideia de planejamento presente na Conferência Nacional de Educação de 2010 e concluem que, desde o Manifesto de 1932, os termos sistemas educacionais públicos, nacionais e estatais foram operados cognitivamente como intercambiáveis. (DUARTE E SANTOS, 2017).

Um trabalho voltado para reflexões acerca da concepção a respeito do planejamento educacional nacional, e seus significados ao longo da história. Nas buscas realizadas no estado de Minas Gerais, ainda encontramos, estudo que se delineou em um artigo construído por Tripodi, Delgado e Rodrigues, (2018), que buscou mapear tendências de modos de oferta de educação infantil, na etapa creche, explicitadas em Planos Municipais de Educação (PMEs), formulados e/ou reformulados em 2015, por determinação do art. 8º da lei n. 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para a década de 2014-2024, bem como possíveis fatores explicativos para a modalidade de oferta. Os autores utilizaram-se da pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, à medida que realizaram mapeamento da oferta da educação infantil explicitadas em 169 PMEs (realidade amostral). Realizadas pesquisas documentais e bibliográficas, que antecederam a análise de conteúdos, destacam citações e contribuições de Cardoso (1975); Marques (1999); Cury (1998, 2002 e 2008).

Uma vez que o título do artigo é “ Permeabilidade estatal e atores privados na oferta da educação infantil: o que dizem os Planos Municipais de Educação (2014-2024)?”, concluem os autores com a seguinte fala:

Por fim, não parece descabido afirmar que a permeabilidade do Estado em relação aos atores do terceiro setor expressa, por um



lado, uma tendência que pode ser observada em todas as regiões e, por outro, que essa lógica de oferta de educação infantil parece se constituir mesmo em política de Estado, tendo em vista, sobretudo, que se encontra expressa em PMEs para uma década (2014-2024) - (TRIPODI; DELGADO E RODRIGUES, 2018, p.22).

Portanto, na análise dos PMEs realizada neste artigo, a observação dos autores, trouxe especificidade quanto a oferta da Educação Infantil e as implicações financeiras deste fato no país. Já em relação ao Estado do Rio de Janeiro, no trabalho de Souza e Alcântara (2017), analisa-se as vinculações previstas nos PMEs em relação a outros instrumentos de gestão local da educação, tomando por base empírica os planos pertencentes a dez municípios da RM do estado do Rio de Janeiro, aprovados pelas Câmaras Municipais correspondentes no período 2001-2012, com vistas ao delineamento dos problemas internos que apresentam, também para o planejamento em escala metropolitana. As autoras afirmam que na atualidade, esta RM é composta por 19 municípios – 20,6% do total de 92 localidades –, sendo, há muitas décadas, considerada uma região em crise, especialmente devido à ausência de dinamismo econômico. Apontam ainda que o seu Produto Interno Bruto (PIB) esteja em situação de estagnação desde o início dos anos 1980, ao lado da queda dos indicadores de desenvolvimento humano, marcada pelo aumento do desemprego, queda da renda e aumento da informalidade, que se refletem, portanto, na crescente desigualdade e indigência.

Souza e Alcântara (2017) afirmam que apenas dez (53%) dos dezenove municípios que integram a RM do estado do Rio de Janeiro possuem PMEs (isto até dezembro de 2012), também afirmam que o movimento para a elaboração de seus respectivos planos não ocorreu de forma imediata à aprovação do PNE 2001-2010. Afinal, desses dez planos, somente Nilópolis elaborou e aprovou o seu em 2001, ou seja, no mesmo ano em que aquele plano nacional veio a ser regulamentado por lei. Com exceção de Nilópolis, os demais municípios aprovaram seus respectivos planos a partir do 6º ano de vigência do PNE em questão: São Gonçalo, em 2006; Itaboraí, Japeri, Maricá, Niterói e Rio de Janeiro, em 2008; Queimados e Tanguá, em 2009 e Seropédica, quando a validade do PNE já expirara, em 2012. Vale observar que a maioria não explicita o período de vigência do plano, sendo o mesmo deduzido a partir da data da sua aprovação.

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, metodologicamente ancorado na análise de conteúdo de documentos legislativos, cujas conclusões mais gerais apontam, de um lado, nítidas desvinculações em relação ao conjunto de instrumentos de gestão considerados nas análises, e, de outro, ausência de um enfoque regional-metropolitano nesses mesmos planos. Evidencia, ainda, que essas desarticulações locais e regionais constituem importantes reptos a serem superados com vistas à adequação desses planos ao novo

PNE, postulando que tais enlaces são passíveis de previsão a partir da compreensão de que um plano de educação não constitui um instrumento independente e suficiente de gestão e, embora se afigure numa espécie de registro de coordenação e sistematização das decisões previstas para a condução das políticas educacionais no município, é parte integrante dessas mesmas políticas e não estranho a elas.

Já o artigo intitulado “Os Planos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro: um mapeamento de metas, estratégias e desafios”, escrito por Najjar, Mocarzel e Morgan (2020), decorre de uma pesquisa realizada com os Planos Municipais de Educação de 89 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Tem como abordagem o ciclo de políticas e a análise de conteúdo dos textos legais, as quais foram selecionadas as categorias analíticas Gênero, Educação em Tempo Integral e Qualidade, buscando-se entender como as mesmas eram retratadas nos planos e que filiações ideológicas as embasavam. Ao se analisar o contexto da produção de textos e seus desdobramentos, percebe-se uma perspectiva crítica acerca da função do planejamento de políticas educacionais

Finalmente, no Estado de São Paulo encontramos uma quantidade maior de artigos relacionados ao estudo do planejamento dos PMEs, porém não temos estudos específicos diretamente ligados ao monitoramento dos planos. O primeiro artigo, a pesquisa de caráter qualitativo, acompanhou de perto o processo de elaboração do PME, tendo como principais bases teóricas Oliveira (2001); Cury (1998) e Saviani (2008).

Silva e Muranaka (2017), da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, acompanham a elaboração do Plano Municipal da cidade de Rio Claro, resgatando na história política educacional as concepções de planos e sua importância para o planejamento das políticas públicas enquanto política de estado. Em seguida, utilizaram-se de rastreamento, observações e participações indiretas na construção do PME em sua primeira versão, onde o documento foi elaborado coletivamente e sistematizado por uma Comissão até chegar em sua segunda versão, onde foi revisada pelo Conselho Municipal de Educação de Rio Claro.

As principais discussões giraram em torno da elaboração do plano sendo de forma participativa da sociedade e de forma coletiva, as dificuldades existentes entre os entes federativos e constância no acompanhamento e monitoramento dos envolvidos após a finalização do PME. Concluiu-se que o espaço político de elaboração de instrumentos jurídicos normativos, constitui-se espaço de disputa, entre diferentes grupos que defendem seus interesses. Segundo, há um descaminho entre as propostas construídas coletivamente e o texto posteriormente convertido em lei e por fim, o acompanhamento por parte da sociedade é imprescindível, não apenas durante o processo de elaboração do projeto de lei

e durante sua tramitação no legislativo, sobretudo na materialização das metas contidas no plano e na luta constante em defesa da escola pública e sua qualidade.

Em um outro artigo, também registrando as dificuldades existentes na elaboração do PME e seu monitoramento, encontramos com os autores Almenara e Lima (2019), um relato cirúrgico de como atuou o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP. Tendo como base teórica uma pesquisa bibliográfica os autores Bordignon (2009), Cury (2017), Brasil (2017), entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental das atas do Conselho Municipal de Educação, puderam analisar com mais detalhes como e em que medidas o PME contribuiu para a democratização das políticas públicas do município.

O estudo teve como principais temas trabalhados os problemas enfrentados na construção do planejamento educacional ao longo dos anos na cidade de Sorocaba/SP, tais como realizar o documento com a participação ampliada da sociedade envolvendo e mobilizando escolas municipais, estaduais, particulares e universidades, tendo como exigência essa dinâmica na Constituição Federal.

Além desse desafio, durante a elaboração do PME depararam-se com a escassez de tempo e limitações de pessoal, o que acarretou certa lentidão e várias reuniões para fechar as metas que desenvolveriam no plano. Uma questão foi considerada importante: o monitoramento do PME, e em novembro de 2016, solicitou-se a representação do Conselho para compor a Equipe de Monitoramento e Avaliação do PME.

Obtiveram por meio de entrevistas semiestruturadas, uma visão dos conselheiros que ao acompanhar a trajetória do conselho puderam avaliar se a elaboração do PME tinha como prioridade da educação a sua qualidade. Constatou-se que a experiência democrática foi intensa e tensa, pois houve momentos em que discussões partidárias tomaram força, mas com várias reuniões posteriores, conseguiu-se um amadurecimento no processo apartidário pensando nas necessidades da educação de Sorocaba/SP.

Lima (2020), discute em mais um artigo as relações entre o planejado (metas e estratégias) à luz dos Planos Nacionais de Educação no Brasil (PNE 2001-2010; 2014 - 2024), as solicitações e necessidades da sociedade, tendo como eixo transversal a democratização do acesso a universalização de educação para todos. De abordagem qualitativa de cunho exploratório, teve como fontes referenciais Frigotto (2007); Dias Sobrinho (2012); Teixeira (2002); Turra, Enricone; Sant'anna (1995); Dourado (2011); Lima (2009, 2010, 2013) bem como base documental pertinentes aos dois PNEs (BRASIL, 2001, 2014) e dados do INEP- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (2018).

A partir de pressupostos ontológicos, Lima (2020) redesenhou a história da educação dentro do planejamento educacional e as políticas públicas envolvida com seus valores e decisões

priorizadas por governos ao longo do tempo. Fez um balanço das ações das políticas públicas entre a última década do século XX e a primeira do século XXI, onde o resultado do conjunto de políticas educacionais não se mostrou suficientemente satisfatório a partir do primeiro Plano Nacional de Educação. De fato, concluiu-se que no Brasil, quanto à sua natureza, as políticas públicas podem ser caracterizadas como conjunturais ou emergenciais, quanto a abrangência dos possíveis benefícios são segmentais e fragmentados. É proposto pelo autor que a qualidade da educação brasileira seja prioridade em seu planejamento, mas que para que isso aconteça as políticas públicas devem ser quanto a sua natureza de intervenção, estruturais, possibilitando condições igualitárias das oportunidades sociais disponíveis para todos os estudantes, ao mesmo tempo que universais e regulatórias.

Considerações finais

Após a elaboração dos PMEs em âmbito nacional, a orientação do Ministério da Educação é para que um processo de monitoramento contínuo e de avaliação sistemática dos planos municipais venha a ser efetivado por essas localidades, com essa ação, garantimos a viabilização e o redirecionamento de ações propostas das estratégias, contribuindo para a melhoria da educação em escala nacional.

Mas o que percebemos é que este processo de monitoramento não vem acontecendo como a lei prescreve, e a qualidade do ensino em âmbito nacional tem sido prejudicado. Uma evidência disto, são as poucas produções encontradas sobre o tema Monitoramento do Plano Municipal de Educação. O que deve ser considerado é que os municípios tiveram a preocupação e a responsabilidade de elaborarem seus PMES, porém a continuidade da avaliação e monitoramento não ocorreu da mesma forma e agilidade que a elaboração.

Durante o estudo percebemos a dificuldade dos municípios em conseguirem reunir pessoas para fazerem parte dos Conselhos Municipais de Educação para poderem dar prosseguimento ao monitoramento e avaliação dos PMEs. Este é um problema enfrentado pela maioria dos municípios, e torna-se necessário a participação da sociedade desde o planejamento do PME até a condução das ações e estratégias a serem realizadas, tendo como acompanhamento a avaliação contínua deste documento extremamente importante dentro das políticas públicas.

Referências

ALMENARA, G.V.R.; LIMA, P. G. Plano Nacional de Educação de Sorocaba/SP: a construção da gestão democrática na educação. *Laplage em Revista*(Sorocaba), vol. 5, n.3, set.- dez. 2019, p. 19-30. Disponível em [Plano Municipal de Educação de Sorocaba/SP | Laplage em Revista \(editorialaar.com\)](#). Acesso em 09.02.2022.



ALVES, L. H. *O direito à educação infantil em Uberlândia: análise das estratégias do Plano Municipal de Educação (2015 - 2025)*. 2021. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32884> Acesso em: 17.03.22.

ANGRA DOS REIS. *Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis (PME/AR) - 2019/2020*. Disponível em [Relatório-Monitoramento-e-Avaliação-PME-AR-2019-2020-VF.pdf \(angra.rj.gov.br\)](https://repositorio.angra.rj.gov.br/handle/123456789/32884). Acesso em: 17.2.2022.

ARANDA, M. A. M.; RODRIGUES, E. S. S.; MILITÃO, S. C. N. Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36. e69767, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/46d73Yqp37FbZtFzdbCMrgL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 06.03.2022.

BASTOS, R.F.; FERREIRA, E. B.; Os Planos Municipais de Educação no contexto do PNE 2014-2024:apontamentos sobre a implementação da política. *Jornal de Políticas Educacionais*. v.13, n. 28. ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/65860/39261> Acesso em 12.01.2022.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Educação. *Fórum Municipal permanente de educação - O Fórum*, 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/forum-municipal-permanente-de-educacao/o-forum> Acesso em 21.03.2022.

BELO HORIZONTE. *Decreto Nº 16.507, de 16 de dezembro de 2016*. Regulamenta o Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte, instituído pela Lei nº 10.917/2016, que aprova o Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte, e dá outras providências. Disponível em <http://leismunicipa.is/sylhw> Acesso em: 18.02.2022.

BRASIL. *Lei n. 13005/2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25 de jun. de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 12.01.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2006/elabpne.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais* São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-42

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre;

DUARTE, M. R. T. e SANTOS, M. R. S. DOS Sistema Nacional de Educação e Planejamento no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2017, v. 22, n. 71 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227160>> Acesso em 21.03.2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro 2019 Ministério da Economia. Pesquisa de Informações Básicas Municipais Perfil dos Municípios

Brasileiros) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf>
Acesso em 19.03.2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2021 Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 15.03.2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Educa.Jovens. Conheça o Brasil.Educação, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html> Acesso em: 20.03.2022.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua, 2019. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf Acesso em: 17.03.2022.

LIMA, P.G. O planejamento da Educação Brasileira (PNE 2001-2024). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 15, esp 1, p. 704-718, maio 2020, e-ISSN: 1982-5587. Disponível em : <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp.1.13344> Acesso em 02.11.2021 às 17: 43.

MEDEIROS, M. e OLIVEIRA, L. F. B. de Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência. *Sociedade e Estado* [online]. 2014, v. 29, n. 2 , pp. 561-585. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200012> Acesso em: 7.03.2022

MOREIRA, S. C. P. C. Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior: Uma análise da Região Sudeste. 2018. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4941> Acesso em: 25.02.2022.

MOROSINI, M. C.; Estado de conhecimento e questões do campo científico. *Revista Educação*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Santa Maria, v. 40; n. 1; p. 101-116 | jan./abr. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822> Acesso em: 7.03.2022

NAJJAR,J.; MOCARZEL, M.; MORGAN,K. Os Planos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro: um mapeamento de metas, estratégias e desafios. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* [online]. 2020, v. 28, n. 109, p. 1033-1053. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/S3rw7BMBkxCsdsS7XygDBvh/?lang=pt> Acesso em 23.01.2022.

NASCIMENTO, R. P.; VIEIRA, M. N.A.; TAVARES, C.M.V.; GOBETE, G. O Plano Municipal de Vitória e a gestão da educação : notas sobre o processo de monitoramento e avaliação. *Fórum Nacional Popular de Educação*. Disponível em:
[ROSENERY_PIMENTEL_DO_NASCIMENTO.pdf \(fnpe.com.br\)](#). Acesso em 07.03.2022.

PORTAL EMBRAPA. Região sudeste. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-sudeste>. Acesso em 07.03.2022.

SÃO PAULO. *Portaria n. 7972 de 12 de dezembro de 2016*. Estabelece sistemática de monitoramento e avaliação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação - PME e cria Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-7972-de-13-de-dezembro-de-2016/detalhe> Acesso em: 12.01.2022



SÃO PAULO. Monitoramento do Plano Municipal de Educação. Linha de Base 2015-2025. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sme-lanca-publicacao-sobre-o-monitoramento-do-plano-municipal-de-educacao/> Acesso em 20.03.2022

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A. e MENA-CHALCO, J. P. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. *Transinformação* [online]. 2016, v. 28, n. 1 . , pp. 15-32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>> Acesso em: 7. 03. 2022.

SILVA, M. A.; MURANAKA, M. A. S. Uma Análise do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Rio Claro- SP. *Educação: Teoria e Prática/Rio Claro, SP/ Vol. 27, n.55/ p. 244-261/MAIO-AGOSTO. 2017. ISSN 1980-8106. Disponível em <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol27.n55.p244-261> . Acesso em 02.11.2021.*

SOUZA, D. B.; ALCÂNTARA, A. B. (Des)vinculações de Planos Municipais de Educação metropolitanos com outros instrumentos de gestão local da educação. *Educação e Pesquisa* [online]. 2017, v. 43, n. 3, p. 711-726. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201604144540> Acesso em: 20.03.2022

TRIPODI, Z. F., DELGADO, V. M. S. e RODRIGUES, E. C. Permeabilidade estatal e atores privados na oferta da educação infantil: o que dizem os Planos Municipais de Educação (2014-2024)? *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2018, v. 23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230064>> Acesso em 21.03.2022.

VITÓRIA. *Lei n. 8.829/2015*. Aprova o Plano Municipal de Educação de Vitória - PME.V. Espírito Santo, 24 de jun. 2014. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L88292015.html#:~:text=a%20seguinte%20Lei%3A-,Art.,Org%C3%A2nica%20do%20Munic%C3%ADpio%20de%20Vit%C3%B3ria>. Acesso em: 10.02.2022.